



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
CONSELHO GESTOR DO PISF**

Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 9º Andar, Sala 912
Brasília/DF - CEP: 70.067-901 - Tel. (61) 2034-5539
E-mail: cgaoh@integracao.gov.br

8ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do PISF

Brasília
13 de dezembro de 2017
(*Transcrição ipso verbis*)

1 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Primeiro assunto seria a aprovação da
2 transcrição das atas da sexta e sétima reuniões ordinárias do CGPISF. A princípio nós
3 vamos passar a ata da sétima reunião, a sexta vamos adiar a aprovação para a próxima
4 reunião do CGPISF, tendo em vista que como o áudio ficou muito confuso não deu
5 tempo de terminar a transcrição. Foi a reunião de Fortaleza, foi muito longa e o áudio
6 não ficou muito fácil. Algum estado, alguma pessoa presente na reunião passada tem
7 algum questionamento ou alguma solicitação de alteração? Não havendo
8 pronunciamento considera-se aprovada. Nós vamos circular a ata para assinatura dos
9 presentes naquela oportunidade. O Próximo assunto seria o contrato de gestão, antes
10 dele nós vamos fazer alguns informes sobre os encaminhamentos da sétima reunião do
11 CGPISF. O MI tentou agendar uma reunião com MME, conforme recomendado na
12 sétima reunião, para uma tentativa de conseguir que o custo da energia fosse reduzido,
13 o MME nos informou que somente através de lei isso é possível, então ficou sem sentido
14 o encaminhamento de um ofício ao MME pedindo esse apoio, e entendemos que isso
15 vai fazer parte de gestão dos Estados junto aos seus representantes no Congresso
16 Nacional para aprovar uma prioridade, um subsídio para energia do PISF. Todo mundo
17 aqui entende que a água é um bem prioritário, água é um bem importantíssimo, então
18 seria viável um subsídio para água de abastecimento humano, mas dentro da legislação
19 a gente tem que aguardar e cumprir os determinantes legais, esperamos que os estados
20 se unam e façam em suas bancadas alguma emenda no próximo orçamento ou projeto
21 de lei. Segundo assunto importante, foi levantado pelo Estado de Pernambuco, a
22 dificuldade deles pagarem pela água do sistema de irrigação das pequenas Vilas
23 produtivas e dos pequenos sistemas de irrigações ao longo do canal, já que eles alegam
24 que a maioria das vilas produtivas e dos canais seria dentro do estado de Pernambuco,
25 o Ministério não teve tempo de fazer uma reunião específica com Pernambuco, mas
26 estudando toda a documentação o Ministério da Integração entende que essa é uma
27 responsabilidade que é do estado de Pernambuco, até porque a irrigação é um benefício
28 para o estado, gera desenvolvimento regional, gera arrecadação, gera outros benefícios
29 que a gente não vem discutir, além disso o PBA 16 do IBAMA já previa que o estado
30 onde a comunidade fosse beneficiada arcaria com o custo da água de irrigação nesses
31 locais. Gostaria de ouvir o estado de Pernambuco sobre isso, apesar de que nós não
32 temos opção de não cumprir isso, não tem como não redistribuir esse custo.

33 **SR. FERNANDO DE CASTRO LOBO (COMPESA-PE):** Boa tarde a todos, quanto as
34 comunidades rurais nós não fomos contra efetuar o pagamento referente a essa vazão,
35 essa demanda. Mas as vilas produtivas, elas foram tratadas pelo ministério, então a
36 gente não sabe o que foi dito para essas pessoas para saírem da sua área, da sua
37 habitação, foram transferidos pelo ministério, vamos chamar governo federal, eu não sei
38 realmente quem foi. Então o governo federal fez a transferência, fez o entendimento e
39 que a gente não sabe. Então é muito difícil para nós assumirmos, são 330 (trezentos e
40 trinta) litros por segundo, é muita água. Eu acho que precisa dessa reunião mesmo,
41 precisa que seja dito a Pernambuco como foi a negociação, quem sabe se não
42 chegaram lá e falaram: "você vai ter direito a água, e a gente não vai cobrar", então é
43 muito difícil, eu acho que precisa de entendimento, precisa da gente conversar, quanto
44 as outras áreas difusas a gente não está se negando não, de jeito nenhum.

45 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** De qualquer jeito, nas vilas produtivas
46 rurais as pessoas estão gerando renda e emprego para as comunidades, para o estado,
47 para os municípios de Pernambuco, então seria impensável eu dividir isso com os outros
48 três estados, essa água, pelo termo de compromisso, a operação e o custo da água vai
49 ser pago pelos Estados, ou Pernambuco paga ou eu divido por todos os quatro.

50 **SR. FERNANDO DE CASTRO LOBO (COMPESA-PE):** Aí não tem sentido não, mas
51 eu acho que a gente precisa conversar. Precisamos entender como foi esse processo,
52 porque se eu chegar e falar que vou cobrar água, porque eu acho que devemos cobrar
53 de todas as pessoas que estão tirando água do canal, então se eu vou cobrar a água
54 eu preciso que eu saiba o que foi dito para essas pessoas, somente isso.

55 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Vamos marcar uma outra reunião, ainda
56 dá tempo de fazer isso, de qualquer jeito a gente tem esse entendimento do pagamento
57 pela água que é uma responsabilidade dos Estados, a gente volta a discutir e explicar
58 o que foi dito para essas pessoas mesmo tendo em vista o que foi dito elas estão
59 gerando emprego e renda, se você vir a apresentação que a gente tem das vilas
60 produtivas rurais que já estão funcionando, sem receber irrigação mas só recebendo
61 água de distribuição já têm restaurantes comunitários, já têm uma série de coisas
62 funcionando, eu posso fazer uma apresentação para mostrar a Pernambuco o benefício
63 que isso tá gerando, tanto em renda para essas pessoas como para o estado como um
64 todo, o dinheiro circulando vai haver outros benefícios, outros empregos indiretos e
65 outras formas. Vai ter amanhã reunião do PGA? Pernambuco vai participar dessa
66 reunião? Podemos marcar amanhã? Hoje a gente conversa, mas amanhã a gente
67 fecharia o assunto, no final da reunião conversamos com Pernambuco, mesmo porque
68 eu tenho que consultar a área de programas ambientais, eu tenho que fazer outras
69 consultas, essa primeira conversa não me fecharia o assunto.

70 **SR. FERNANDO DE CASTRO LOBO (COMPESA-PE):** Combinado.

71 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** O contrato de gestão.

72 **O SR. JOÃO LUCIO FARIAS DE OLIVEIRA (COGERH-CE):** Luitgards, antes de
73 entrar no contrato de gestão, vocês poderiam dar algum informe sobre o andamento da
74 obra do Eixo Norte?

75 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** No final da apresentação falaremos sobre
76 as obras do Eixo Norte e do Eixo Leste. Como vocês estão vendo, para o primeiro nível
77 de garantia já existia um consenso do aporte de 25% da receita requerida anual, uma
78 conta garantia com 50% da receita anual, ou seja, 6 (seis) meses de operação, se
79 houvesse um atraso teria 6 (seis) meses de operação. Há um aporte inicial de 25% da
80 receita anual, já acertado, e haveria um adicional tarifário para ser aportado em 36 (trinta
81 e seis) meses, era o que estava totalmente consensuado. Nós estamos propondo uma
82 redução para 24 (vinte e quatro) meses diante das novas perspectivas que nós vamos
83 discutir lá na frente, eu peço um pouco de paciência que vocês vão entender porque o
84 ministério está propondo essa redução de 36 (trinta e seis) para 24 (vinte e quatro)
85 meses. No segundo nível de garantia a União queria os recebíveis das operadoras
86 estaduais, não houve consenso nesse ponto, nenhum dos estados aceitou isso, alguns
87 estados apresentavam a dificuldade de que suas operadoras, como AESA, não teriam
88 recebíveis, então inviabilizou esse segundo nível de garantia, os estados propuseram
89 que o segundo nível de garantia fosse o FPE, porém nossas Procuradorias do Ministério
90 da Fazenda, Ministério do Planejamento e do Ministério da Integração Nacional,
91 estudaram o assunto, e mesmo diante do parecer jurídico apresentado pelos estados,
92 entenderam que no modelo atual preparado é inconstitucional a utilização do FPE, no
93 atual modelo em que a operadora é a Codevasf esse assunto não tem como ser aceito.
94 Gostaria que o Rafael desse uma explicada nos artigos da constituição.

95 **O SR. RAFAEL EDUARDO DE SOUZA TEZA (MI):** O parecer dos procuradores
96 reforçou aquele ponto de que tendo União e Estados como intervenientes, dado todo o
97 contexto da obra seria o suficiente e não precisaria ser os polos principais os

98 contratantes e contratados, tanto a administração direta daqui, quanto dos estados. A
99 gente levou isso para as procuradorias, a gente estressou mais ainda o assunto, a gente
100 teve o interesse de tentar viabilizar isso, mas eles mantiveram a posição inicial de que
101 seria inconstitucional, então para ter uma vinculação, que era a proposta original dos
102 Estados, deveria sim, na opinião deles, ter uma relação direta credor-devedor entre as
103 administrações diretas, e foi por isso que não prosperou. A orientação das consultorias
104 jurídicas foi: "se vocês quiserem fazer isso tem que remodelar o sistema de gestão,
105 colocar o MI" e aí surge uma série de problemas, e o principal, que nos preocupou muito,
106 foi aspecto regulatório, como seria feita a regulação do MI sendo a União prestadora do
107 serviço. Como que a ANA iria regular o próprio o próprio MI, além de ser um caso sui
108 generis, operacionalmente seria extremamente complicado, se é que seria possível.
109 Além de alterar todo o Sistema de Gestão do PISF - SGIB.

110 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Alguém gostaria de comentar alguma
111 coisa? Passando a frente, nós teríamos então a União por meio da Codevasf iria assinar
112 o contrato com apenas um nível de garantia, desde que se inicie agora os preparativos
113 para a constituição de um consórcio público, que seria o operador do PISF. Esse
114 consórcio seria constituído pelos Estados. Ainda não está totalmente desenhado o
115 modelo desse consórcio e nós passaríamos a discutir isso intensamente, mas já com
116 contrato firmado para a operação. As condicionantes para início de cobrança seriam
117 que a Codevasf pudesse assumir a operação do PISF, pelo que se espera a Codevasf
118 só assumiria depois que o projeto estivesse em condições, totalmente comissionado,
119 com esse projeto comissionado a Codevasf assumiria somente com o primeiro nível de
120 garantia, por isso esse contrato teria um prazo de 24 (vinte quatro meses), e por isso
121 que no modelo anterior a gente disse que o aporte do PDD seria em 24 meses. Nesse
122 caso, durante esse tempo, a gente ficaria apenas com um nível de garantia, mas
123 teríamos uma cláusula resolutiva, o contrato tem vigência até a constituição do
124 Consórcio Público, quando o Consórcio estivesse totalmente instituído, seria encerrado
125 o contrato temporário e o Consórcio Público formado, firmado pelos quatro estados
126 passaria a assumir a operação do PISF ou 24 (vinte quatro) meses, o que acontecer
127 primeiro.

128 **O SR. JONATHAS ASSUNÇÃO SALVADOR NERY DE CASTRO (CC/PR):** Haveria
129 alguma cláusula contratual vedando a possibilidade da prorrogação do prazo, depois de
130 alcançado os 24(vinte quatro) meses caso não se monte o consórcio até lá?

131 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** A ideia é essa, 24 (vinte quatro) meses é
132 o prazo máximo que a União admite ficar só com um nível de garantia.

133 **O SR. JONATHAS ASSUNÇÃO SALVADOR NERY DE CASTRO (CC/PR):** A pergunta
134 é exatamente por isso, estamos trabalhando com um nível de garantia, abrindo mão do
135 segundo, exatamente para permitir a solução de continuidade do contrato com forma de
136 consórcio. Mas caso isso não aconteça é importante resguardar também o outro lado,
137 a União, uma vez que 24 (vinte quatro) meses, eu não sei como é que é o prazo para
138 constituição de consórcio, mas de duas, uma, ou se avalia se esse período de fato é um
139 prazo factível para que se consiga harmonizar a questão da estruturação do consórcio
140 e aí então garantir que, sendo um prazo suficiente para os Estados fazerem isso, a
141 gente garanta também por outro lado a existência de uma cláusula que não permita a
142 prorrogação do Contrato, ou se não for um prazo factível para a montagem desse
143 consórcio que se busque um prazo maior, mas que se garanta que esse contrato não
144 fique sendo prorrogado infinitamente.

145 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** A ideia é essa, temos um cronograma
146 muito justo, muito apertado, que nós vamos apresentar, em que poderia ser constituído
147 esse consórcio em até 12 (doze) meses, entretanto a gente sabe que pode atrasar por
148 isso que se propôs 24 (vinte quatro) meses. Houve uma discussão inicial de ser só 18
149 (dezoito) meses esse contrato temporário, mas chegamos à conclusão que 24 (vinte

150 quatro) meses seria um tempo mais do que razoável para se formalizar o consórcio nos
151 quatro Estados.

152 **O SR. JONATHAS ASSUNÇÃO SALVADOR NERY DE CASTRO (CC/PR):** Para
153 fechar esse tema, fica como sugestão que seja avaliado isso a compatibilidade e
154 adequabilidade de uma cláusula deste tipo no contrato.

155 **O SR. JOÃO LUCIO FARIAS DE OLIVEIRA (COGERH-CE):** Esse estudo do
156 consócio já foi avaliado pelo conselho, ou será avaliado?

157 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** O ministério está apresentando, não
158 houve uma avaliação pelo conselho, o ministério está apresentando, ele sempre foi
159 apresentado aqui como a melhor solução, tanto pelos estados, em várias ocasiões foi
160 dito que o melhor opção era um consórcio, "não mas o consórcio demora muito", tem
161 que criar leis para criar o consócio, e aí se procurava um atalho, mas esse atalho sempre
162 terminava esbarrando em algum amarrão legal. Por isso que a gente resolveu trilhar o
163 caminho mais árduo, mas pelo menos o mais seguro. O PISF é uma estrutura muito
164 complexa que envolve quatro estados, mais a União, e envolve vários ministérios, o
165 conselho de gestor tem MME, tem MMA, tem muitos ministérios envolvidos e que
166 precisaria de uma estrutura mais robusta para sua operação, por isso nós vamos agora
167 nesse caminhar, construir com os estados o modelo.

168 **O SR. JOÃO LUCIO FARIAS DE OLIVEIRA (COGERH-CE):** Vamos iniciar esse
169 debate do Consórcio?

170 **A SR^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Em 2010 esse conselho
171 fez alguns estudos, foi até na época da Agnes, o produto foi analisado pelo conselho e
172 uma das propostas do produto era justamente o consórcio e foi considerado ser uma
173 ótima proposta, só não vingou justamente pelo prazo de implementação que na época
174 queriam uma solução imediata. Então teoricamente ele foi um pouco analisado sim por
175 esse conselho na época desse estudo. O estudo foi aprovado pelo conselho tendo o
176 consórcio como uma boa alternativa.

177 **O SR. JOÃO LUCIO FARIAS DE OLIVEIRA (COGERH-CE):** E tem algo já escrito
178 sobre essa proposta?

179 **A SR^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Tem, podemos
180 encaminhar.

181 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Será encaminhado ao final aos estados,
182 e dado um prazo para sugestões. O contrato também, nós estamos falando aqui só das
183 principais mudanças que tem no contrato, encaminharemos até sexta feira o novo
184 modelo de contrato que estamos propondo e aguardamos que os estados façam as
185 suas contribuições o mais rápido possível, a gente quer assinar esse contrato ainda na
186 primeira semana de janeiro de 2018.

187 **O SR. JOÃO LUCIO FARIAS DE OLIVEIRA (COGERH-CE):** Nós já mandamos
188 algumas observações, não sei se vai ser colocada aqui essas contribuições que nós já
189 enviamos.

190 **A SR.^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** A última minuta que a
191 gente encaminhou nenhum dos estados fez contribuição, a gente encaminhou uma vez,
192 vocês enviaram as contribuições e agora em novembro não recebemos nenhuma, então
193 temos que ver onde ela parou, porque não chegou. Na última reunião pedimos que
194 vocês encaminhassem diretamente por e-mail para não correr esse risco, mas não
195 recebemos nenhum.

196 **O SR. JOÃO LUCIO FARIAS DE OLIVEIRA (COGERH-CE):** Acho que houve
197 uma falha, enviamos mas acho que foi direto para o Secretário Teixeira, para que ele
198 pudesse enviar.

199 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Você trouxe?

200 **O SR. JOÃO LUCIO FARIAS DE OLIVEIRA (COGERH-CE):** Sim.

201 **A SR.^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Então já entrega pra
202 gente.

203 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Entrega para que no final da reunião a
204 gente possa fazer avaliação. Rio Grande do Norte? Entrega então no final. Pernambuco
205 alguma coisa?

206 **SR. FERNANDO DE CASTRO LOBO (COMPESA):** Quando eu for falar é melhor no
207 final, porque o que eu tenho a dizer...

208 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Paraíba trouxe alguma contribuição?

209 **SR. DEUSDETE QUEIROBA FILHO (PB):** Não.

210 **SR. JIMMU DE AZEVEDO IKEDA (MI):** Só para a gente falar o porquê do consórcio
211 público, que a gente considera a alternativa mais robusta. No caso do consórcio público
212 teríamos uma gestão associada de todos os estados, apesar da gente ter o conselho de
213 gestor do PISF, os estados teriam mais responsabilidades na gestão do PISF. Então a
214 gente também vê como vantagens: a segurança jurídica, todo o consórcio público já tem
215 legislação própria que se encaixa bem à nossa situação, os compromissos seriam
216 formalizados por contrato, ou seja, contrato de rateio entre os estados, onde cada
217 estado teria que ter na sua LDO os recursos para que pudesse garantir a operação e
218 manutenção, e teríamos a legitimidade institucional, visto que o consórcio público teria
219 que passar pelas assembleias de cada estado, ratificando o protocolo de intenções.
220 Como eu já havia falado, já havia sido aventado anteriormente e esbarrava sempre na
221 necessidade de uma lei de cada um dos associados em virtude sempre da pressa de
222 se ter que iniciar a operação comercial, e como já foi falado, o PISF não é mais uma
223 "obrinha" do MI, é uma obra de todo o Brasil com uma complexidade enorme e requer
224 então um modelo de gestão com robustez equivalente. Então o que a gente está
225 propondo, em virtude da dificuldade de garantias, de obter as garantias seguras, é um
226 contrato temporário, e ainda assim a Codevasf vai assinar com um nível de garantia
227 correndo riscos em virtude, principalmente, de orçamentos e é a forma que a gente
228 encontrou para poder agilizar essa operação comercial.

229 **O SR. RAFAEL EDUARDO DE SOUZA TEZA (MI):** Eu queria só acrescentar algumas
230 coisas, porque parece que a gente está empurrando alguma coisa em vocês, mas o que
231 eu quero dizer é o seguinte, o PISF é muito complexo porque envolve isso tudo, os
232 compromissos que foram assumidos no termo de compromisso de 2005 que foi o que
233 deu início a tudo isso, foram assinados pelos representantes dos poderes executivos. O
234 consórcio é uma forma de fazer a gestão associada do serviço em que os quatro estados
235 têm, não só a responsabilidade, mas eles são empoderados a respeito do projeto, o
236 projeto passa a ser uma coisa que os estados têm autonomia, têm o poder sobre ele. É
237 um protocolo de intenções que cria o consórcio, e o fato dele ser ratificado pelas
238 assembleias significa que a sociedade daquele estado, a população daquele estado,
239 representada pelos seus representantes está assumindo os compromissos que foram
240 afirmados a respeito do PISF. Isso no ponto de vista dos técnicos, eu estou falando
241 agora como técnico da minha coordenação, o que é mais importante para dar a

242 perenidade do projeto ao longo do tempo. Então não é assim: “eles inventaram mais
243 uma ideia de maluco”, não é isso. A gente tentou aceitar o FPE, não deu certo, então a
244 gente pensou “a única alternativa que nós temos é um nível de garantia”... mas isso não
245 é seguro, porque existe um risco. Não é que existe a certeza de que vai haver um calote,
246 existe um risco, e isso significa que quem está assinando o contrato da parte da União
247 pode ser responsabilizado. Então a gente construiu uma proposta em que os Estados
248 vão construir juntos, nós vamos construir juntos essa proposta, na qual a gente aceita
249 um nível de garantia tendo já um cronograma para dotar o arcabouço do PISF de uma
250 sustentabilidade definitiva, é uma solução definitiva para dar robustez à gestão do PISF,
251 à governança do PISF.

252 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Só complementando, a ideia do consórcio
253 permite todas aquelas demandas dos estados nas reuniões na Casa Civil, o consórcio
254 vai poder comprar energia da melhor forma, e do melhor jeito que for possível para
255 reduzir custos. O estado vai poder preparar melhor a aplicação dos recursos, não vai
256 haver desvio do recurso, ou contingenciamento do recurso da União. Então o recurso
257 que o estado pagar vai diretamente para o consórcio e esse recurso não terá como
258 contingenciar, como haver problema nenhum. Os estados que são beneficiados com a
259 água vão ter a responsabilidade de gerir os seus próprios interesses.

260 **O SR. JOÃO LUCIO FARIAS DE OLIVEIRA (COGERH-CE):** A parte de energia,
261 a parte de operação e manutenção seria tudo contratado pelo consórcio?

262 **O SR. RAFAEL EDUARDO DE SOUZA TEZA (MI):** Como funciona, o consórcio vai ser
263 uma autarquia da administração indireta de cada um dos entes associados. Ele pode
264 fazer um contrato de programa com outra empresa, pode ser a Codevasf ou outra
265 empresa ou até fazer a PPP e essa empresa que faz a execução, a titularidade do
266 serviço continua com o consórcio, ele faz a inteligência, ele faz a gestão, a governança,
267 mas abrir e fechar comporta, essas coisas é pela contratação. Como é uma autarquia,
268 ele é como um DNOCS, ele pode contratar, ele é isolado contabilmente, esse tipo de
269 coisa. Quando ele falou que tem que estar nas leis, não é que o estado tem que assumir
270 o pagamento, o que acontece é que existe um contrato de rateio e esse contrato de
271 rateio é que está na lei do consórcio, diz que os entes colocam no contrato de rateio a
272 parcela proporcional que cada um tem que colocar como sócio para o seu
273 funcionamento. Então os estados colocam nas suas LOA's o valor que vai estar no
274 contrato de rateio. A questão é: o estado recupera essa receita de alguma forma e isso
275 como era no modelo antigo, era discricionário, a gente chegou a esse ponto nas
276 discussões e negociações aqui. Essa decisão era discricionária do estado, como ele ia
277 fazer a recuperação de receita, como ele ia repassar isso para usuário final, então como
278 o estado vai repassar para usuário final para recuperar a receita que ele vai pagar
279 continua sendo discricionário de cada um.

280 **O SR. JOSIVAN CARDOSO MORENO (RN):** Eu vejo com bons olhos, até porque já
281 estamos praticando isso no governo do estado através de consórcios públicos de
282 resíduos sólidos e de saneamento, então a prática pra nós enquanto atividade da
283 gestão... está andando. Mas, no meio disso os organismos executores que foram os
284 que estão no contrato hoje pela lei como IGARN, AESA, COMPESA e a COGERH, tem
285 que ver essa formatação, porque a partir do momento que o estado passar pelas
286 assembleias, também isso é ponto muito tranquilo, tem que passar realmente, senão
287 você não consegue fazer a legitimidade jurídica do rateio e de todos os compromissos
288 que vão ser validados. É uma cascata, você tem a união de quatro Estados que vão
289 formar esse consórcio público, paralelo a isso todos os municípios daquele estado estão
290 formando, porque vai passar na assembleia, os organismos que vão firmar este

291 consórcio através dos estados serão as operadoras por lei instituídas no decreto de
292 operação do PISF. Eu estou perguntando, é o próprio estado? Porque hoje a operadora
293 ela iria ser arrecadadora e iria encaminhar, e o consórcio vai contratar a Codevasf.

294 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Não necessariamente, cada estado
295 poderá tomar a decisão que lhe interessar, então o Ceará poderá dizer que “minha
296 operadora será a COGERH, ela que vai receber e fazer a cobrança pela água bruta dos
297 outros entes e fazer tudo isso”. A Paraíba pode dizer diferente “quem vai ser minha
298 operadora vai ser uma companhia de saneamento diretamente, essa companhia de
299 saneamento é que vai ressarcir o estado da água que ela distribuir para a população, e
300 o estado vai ter essa arrecadação para pagar o consórcio estadual”. Essa é a ideia, mas
301 a ideia é livre, os quatro estados podem construir diferentemente, eles só têm que ter
302 um consórcio estadual de divisão de despesas e divisão de responsabilidades na
303 operação e manutenção do PISF.

304 **A SR.^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Acho que é importante,
305 que é necessário quando se fala na elaboração de documentos, a elaboração dessas
306 minutas, protocolo de intenções, contrato de programa, contrato de rateio, porque isso
307 tudo a gente vai ter tempo para construir juntos, então por exemplo essas dúvidas do
308 Josivan a gente entende que quem faz o consórcio são os estados, você perguntou se
309 são as operadoras? Não, quem constitui são os estados, mas o modelo de como vai ser
310 formatada essa modelagem a relação da operadora Federal com as operadoras
311 Estaduais, isso a gente ainda vai construir todos juntos aqui dentro do Conselho, então
312 a gente não tá fazendo uma proposta fechada, é a proposta macro vamos constituir um
313 consórcio público. Como vai ser desenhado esse consórcio a gente vai ter tempo de
314 desenhar, a gente fez o cronograma para ser apresentado em 12 meses, mas pelo
315 contrato poderia ter 24 (vinte quatro) meses.

316 **O SR. JOSIVAN CARDOSO MORENO (RN):** Acho que a formatação para desenhar
317 está tranquila, é porque eu só fiquei pensando na execução operacional do sistema,
318 você estava até então com o modelo vinha com um único organismo jurídico, Codevasf
319 como operadora Federal, que faria todo o sistema de operação desde o início até o fim
320 da distribuição a cada estado, a partir dali os estados estariam com suas operadoras e
321 a partir de agora não.

322 **A SR.^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Na nossa concepção
323 continua naquela mesma modelagem do sistema de gestão, continua com operadora
324 federal, você continua com operadora estadual, mas você cria uma autarquia dos
325 estados, essa autarquia vai fazer um contrato de programa com operadora federal, uma
326 única operadora federal, pode ser a Codevasf, pode ser uma PPP, enfim quem for
327 contratado, essa operadora federal vai ser regulada pela ANA e ela vai entregar água
328 no estado, o estado pode designar uma operadora estadual, como já é, que vai fazer a
329 distribuição dessa água dentro do estado.

330 **O SR. RAFAEL EDUARDO DE SOUZA TEZA (MI):** Tentamos manter o máximo
331 possível, a gente tentou adaptar o que a gente já estava pensado para fazer uma
332 continuidade naquilo, não uma mudança bruta, apesar de ser uma mudança razoável.

333 **O SR. JOSIVAN CARDOSO MORENO (RN):** Ou seja, não mudou praticamente nada,
334 exceto a segurança que vocês terão com quatro estados reunidos em um consórcio
335 público.

336 **O SR. RAFAEL EDUARDO DE SOUZA TEZA (MI):** E tem uma lei regulando isso tudo
337 e etc.

338 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Manoel Renato quer falar?

339 **O SR. MANOEL RENATO MACHADO FILHO (MPDG):** É só para esclarecer mesmo,
340 o consórcio pode ser constituído para gerir o sistema, que é a ideia, e aí contratar
341 alguém para prestar o serviço, pode ser a Codevasf, e o modelo mudaria muito pouco,
342 ou ele pode contratar mediante uma PPP ou até um privado, guardando os limites, ou
343 pode contratar um ente estadual se existir (inaudível). Então acho que só vamos ter que
344 trabalhar o contrato numa estrutura federal que tenha capacidade técnica e também
345 disposição legal para atuar em mais de um estado ou contrata um ente privado, um
346 modelo. E daí estamos continuando ofertando aquela linha que a gente vinha discutindo
347 anteriormente, o BNDES vai modelar um formato de PPP para operação e manutenção
348 do PISF, nós estamos já contratando o BNDES e ele vai formatar, vai fornecer isso que
349 pode ser usado pelo consórcio para contratar o serviço. Então a ideia é que o consórcio
350 seja o contratante do prestador de serviço, e como contratante assume as obrigações,
351 mas também o bônus da gestão do sistema, e os estados (gestores) exerceriam, mal
352 comparando, a titularidade do serviço de adução de água bruta. Essa é a lógica, agora
353 os detalhes a gente ainda tem que discutir bastante, como é que seria formatado, qual
354 o melhor desenho, etc. Enfim ficam umas dúvidas ainda para discutir com vocês nesse
355 período, o fato é que o contrato que hoje está colocado, é um contrato temporário, é um
356 contrato em que a Codevasf vai operar em caráter temporário, limitado a esse período
357 que está proposto de 24 (vinte e quatro) meses, após o qual os estados assumem a
358 gestão. E a proposta é que assumam a gestão mediante a constituição de um Consórcio
359 Interfederativo, essa é a lógica. É uma solução razoável e que dá esse contexto de
360 futuro. Quero só reforçar um pouco o que o Luitgards falou, é o seguinte, ao longo de
361 todas as reuniões que a gente vem discutindo PGA, e os outros elementos da prestação
362 dos serviços, os estados têm colocado de maneira muito enfática, demandam que a
363 solução de operação e manutenção tenha um nível de estabilidade e previsibilidade que
364 permita contratar energia elétrica, e prestar um serviço não só de qualidade mas com
365 preço razoável. A solução do consórcio pode promover isso, ainda mais se for acoplado
366 com a PPP, então abre essa possibilidade concreta para a gente ter uma gestão mais
367 eficiente do ponto de vista de custos que é uma preocupação que os estados têm
368 colocado em todas as reuniões. Essa mudança foi motivada, como já foi colocado, pela
369 dificuldade em colocar mais um nível de garantia e ao mesmo tempo pela necessidade
370 de formatar um modelo de gestão que seja sustentável no tempo, e que seja menos
371 sujeito a ingerências de caráter conjuntural, é uma solução mais estruturante.

372 **O SR. RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES (ANA):** Só um comentário, eu acho a
373 ideia do consórcio de direito público bem interessante, acho que essa alternativa deve
374 ser explorada mesmo, a gente lá na ANA já tentou modelos dessa natureza para
375 agências de bacias, lá no passado. Houve alguns problemas de entendimento, as leis
376 ratificadoras são simplificadas, elas simplesmente ratificam os protocolos de intenção
377 que são construídos pelos quatro estados, detalhados pelos quatro estados, como o
378 Manuel Renato colocou, e a ANA tem alguma experiência de estruturação disso lá no
379 passado e está disposta a contribuir em algum momento, essa ideia é muito importante,
380 é uma alternativa boa que pode dar bons resultados, acredito eu.

381 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** A ANA tem participado dessas reuniões
382 com a gente.

383 **O SR. JOSIVAN CARDOSO MORENO (RN):** Eu também acredito que o consórcio
384 tenha uma linha muito boa, a gente está tendo essa pratica com consórcio de resíduos
385 no Rio Grande do Norte, onde vinte e cinco municípios aportaram recursos para ratear
386 o próprio projeto de licenciamento, dentro do consórcio, então ratificou em todas as

387 câmaras, vale a pena. Agora o detalhamento é que vamos ter que nos debruçar de
388 forma muito minuciosa para ver como que o desenho desse consorcio sai de acordo
389 com os interesses dos quatro estados.

390 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Do lado direito do quadro tem um modelo
391 de consórcio que foi feito na autoridade olímpica, é só como modelo, mas os estados
392 poderiam pegar isso inicialmente para começar a discutir, acho que vão ter que discutir
393 com suas áreas de governança os modelos possíveis e vir a discutir isso. Nós queremos
394 somente ter um contrato temporário, esse contrato provisório que a Codevasf vai
395 assumir a operação só com um nível de garantia assinado pelo menos até a primeira
396 quinzena de janeiro. Esse é um cronograma, nós sabemos muito justo, muito apertado,
397 provavelmente nós vamos ultrapassar um ano, mas é factível se houver vontade política
398 dos quatro entes, é factível sim de se conseguir isso, talvez um pouco de atraso e tudo
399 mais e montar esse consórcio. O prazo de 24 meses é justamente para dar um timing
400 maior para essas negociações, esse cronograma é provisório, vocês devem discutir com
401 os seus governadores e tudo mais, para que a gente tenha isso fechado
402 preferencialmente até final de 2018 porque daí a gente já conseguiria incluir na LOA
403 Estadual de 2019. Agora nós iríamos entrar no item situação atual das obras, antes eu
404 gostaria de abrir novamente a palavra para mais alguma questão sobre o assunto.

405 **O SR. DEMERVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** Só para ficar claro qual é a proposta
406 do governo federal, repetindo que eu acho importante. Nós tentamos viabilizar, tentamos
407 profundamente viabilizar o FPE como segundo nível de garantia, envolvemos inclusive
408 a Advocacia Geral da União como o órgão máximo de consultoria jurídica do governo
409 federal, e não conseguimos viabilizar, a não ser que a gente alterasse o modelo,
410 alterando o modelo isso significaria, até mais do que o MI, a União via MI prestar
411 diretamente o serviço, o que já é estranho porque o ministério não tem essa missão
412 precípua, mais do que isso os estados teriam que prestar o serviço do outro lado, e
413 receber o serviço diretamente, não pelas operadoras, seria diretamente, o que geraria
414 um certo transtorno aos estados. Não é inviável não, poderia até ser viabilizado, mas
415 não em curto prazo, mas é um modelo também estranho que não nos parece que gere
416 eficiência no final das contas. Então diante disso, entendendo que a água já está
417 chegando a dois estados, um fortemente e o outro nem tanto, porque falta uma grande
418 obra complementar, mas está chegando água nos dois estados, Paraíba e Pernambuco,
419 já temos um cronograma de consolidação dos testes e comissionamento do eixo Leste,
420 então diante de tudo isso há a necessidade de assinar algum contrato que permita a
421 operação do PISF. É insustentável a posição da União em continuar fazendo pré-
422 operação indefinidamente, não temos como fazer, é inegociável isso. A União precisa
423 parar de pré-operar e iniciar a operação. Então dado que a gente não conseguiu
424 viabilizar o segundo nível de garantia - FPE, dado que os senhores - estados, e o
425 contrato é uma vontade entre as partes, não aceitaram recebíveis e não trouxeram
426 nenhuma outra proposta de segundo nível de garantia que pudesse ser aplicável, a
427 gente viu como única alternativa: então vamos começar a operação com um nível de
428 garantia com todo o risco que a operadora federal tem nisso, mas então vamos
429 estabelecer um prazo temporário, estabelecer uma operação temporária para uma
430 solução mais estruturante, a solução que veio foi essa do consórcio que o Luitgards
431 apresentou, que os colegas do MI apresentaram, que nos parece a mais sólida de todas
432 elas porque transfere para quem interessa, que são os estados, toda a gestão da
433 operação e manutenção do PISF. Então estamos dando a quem usufrui do serviço, toda
434 a capacidade de gerir aquele serviço. Acho que esse é o melhor dos mundos, não é
435 uma novidade como a Mariana colocou, já foi ventilado através de estudos aqui no
436 Conselho Gestor e não foi prosseguido os estudos na época porque tinha uma questão
437 de timing, que significa besteira, estou falando de sete anos, mas nunca é tarde para a

438 gente acertar. Então temos dois anos para estruturar essa solução, que tem os
439 rascunhos desenhados como foi apresentado, já existem consórcios estabelecidos tanto
440 no estado, quanto entre os estados, União e municípios no caso da APO que foi um
441 sucesso, então não é um modelo novo, é factível, então dois anos para conversar os
442 detalhes, acho que é tempo suficiente, o MI fez um esforço, respondendo até ao colega
443 da secretaria geral, fez um esforço de estimar quanto tempo precisaria, o MI estimou
444 em um ano, botamos uma gordura mesmo, porque esse processo não é determinístico,
445 então colocamos mais um ano, o dobro do tempo que o MI estimou, então temos dois
446 anos para estruturar essa solução mais definitiva. Então o que significa isso, o que que
447 a gente está dizendo, pra ficar bem claro porque acho que a gente tem que jogar o mais
448 aberto possível. Tínhamos a expectativa, ainda temos, talvez em função da conclusão
449 do ano fique difícil, mas gostaríamos de assinar o contrato este ano. Na impossibilidade,
450 a Casa Civil ainda não desistiu dessa ideia de assinarmos o contrato este ano, mas se
451 houver uma impossibilidade principalmente de agendas, porque esse contrato não será
452 assinado no gabinete, será assinado em um evento, é muito importante, então o
453 presidente vai querer participar, os governadores com certeza gostariam de participar,
454 Ministro da Integração, Casa Civil e todos os demais envolvidos gostariam de participar
455 desse momento ímpar da história do país, então até por uma questão de agenda talvez
456 fique inviável de conseguir assinar ainda este ano. Mas a ideia é que a gente tenha a
457 minuta fechada esse ano, a minuta de contrato sem mais sugestões, sem mais adendos,
458 com todas as sugestões já incorporadas, aquelas que forem possíveis ser incorporadas
459 e fechadas esse ano, e outra coisa que precisamos fechar esse ano é o PGA, que
460 também está avançado, amanhã terá a última oficina, então teremos o PGA, esperamos
461 fechar amanhã tecnicamente com os estados, e será submetida ao MI, que ouvirá o
462 Conselho Gestor através de deliberação eletrônica para não ter que marcar outra
463 reunião, porque já foi amplamente discutido nas oficinas de PGA, então é mais cumprir
464 uma formalidade passar pelo Conselho de Gestor, e então o MI aprova o PGA junto com
465 a ANA, então a gente fecha a minuta de contrato esse ano, fecha o PGA esse ano e fica
466 aguardando apenas a agenda das autoridades para poder assinar o contrato
467 preferencialmente bem do início do ano que vem. Essa é a expectativa da Casa Civil e
468 dos representantes do governo federal.

469 **O SR. JOÃO LUCIO FARIAS DE OLIVEIRA (COGERH-CE):** Só uma dúvida, no
470 caso dos estados que ainda estão em obras, no caso do eixo Norte no Ceará, essa
471 assinatura do contrato já tínhamos até colocado na conclusão da obra, a água chegando
472 ao estado do Ceará.

473 **O SR. DEMERVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** A cobrança só se dará através da
474 assunção pela Codevasf, que é operadora nesse contrato provisório, no eixo
475 equivalente. Então o Eixo Norte não haverá assunção próxima, em curto prazo, temos
476 obras a serem feitas, então não haverá cobrança também. Mas os termos do contrato
477 não mudarão mais, já estará assinado, ou seja, os compromissos já estarão firmados e
478 o termos não mudarão, não temos mais o que discutir termos de contrato. Até porque o
479 contrato tem que ser igual para todos os estados, então se Pernambuco e Paraíba
480 assinaram agora, Ceará e Rio Grande do Norte também assinarão agora porque os
481 termos não mudarão, a cobrança só se dará a partir da assunção, que não será agora
482 para estes dois estados, será no momento que isso acontecer. Isso já estava desde a
483 última minuta, inclusive circulada, que a cobrança só se dá no momento da assunção
484 pela operadora federal, por eixo. E lembrando também o acordo que a gente já firmou
485 aqui relativo ao estado de Pernambuco e Rio Grande do Norte, em relação às duas
486 obras complementares que permitem a funcionalidade plena para esses dois estados,
487 que é o Ramal do Agreste e Ramal Apodi, então também condicionamos, durante essa
488 operação temporária ou precária, que parte do custo fixo também vai ser flexibilizada

489 em função da não conclusão dessas obras, também já está acordado, mais uma
490 garantia para esses dois estados de que só pagarão por aquilo que efetivamente podem
491 receber, não é que querem, podem receber.

492 **O SR. JOÃO LUCIO FARIAS DE OLIVEIRA (COGERH-CE):** O estado do Ceará
493 sempre tem enfatizado também a questão do Ramal do Salgado, da importância do
494 Ramal do Salgado.

495 **O SR. DEMERVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** O Teixeira já colocou isso por diversas
496 vezes, está priorizado em todas as reuniões que a gente faz internas do Governo
497 Federal, priorizamos isso, colocamos para o Ministro da Integração, o próprio Ministro
498 tem afirmado a importância disso. Mas ele não impede, diferente das outras duas obras,
499 como o próprio Teixeira já assumiu em outras oportunidades, ele não impede a
500 funcionalidade plena, é uma obra importante, está prevista, mas não impede a
501 funcionalidade plena para o estado do Ceará.

502 **O SR. JOÃO LUCIO FARIAS DE OLIVEIRA (COGERH-CE):** Mas melhora a
503 operação do nosso sistema.

504 **O SR. DEMERVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** Perfeito.

505 **O SR. FERNADO DE CASTRO LÔBO JUNIOR (COMPESA):** Eu só queria dar uma
506 palavrinha. Primeiro dizer que Pernambuco tem todo interesse no PISF, acho que isso
507 é uma coisa que tem que dizer logo de cara. Mas nós temos hoje dois milhões de
508 pessoas que estão à espera da água, e todos, sem exceção, sabem do que está
509 acontecendo, ou seja, a água passa por Pernambuco, usa-se o canal que está
510 localizado em Pernambuco, mas a cor da água ninguém vê, todos que estão aqui
511 entendem que isso é muito ruim para todos nós que estamos lá na gestão do PISF, do
512 governador até eu que estou aqui representando neste momento Pernambuco. E o que
513 está acontecendo é que nós estamos enxergando que o Ramal do Agreste não tem nem
514 sequer previsão, ninguém nem fala mais. A adutora do Agreste que pode viabilizar um
515 pouco dessa água, inclusive até o Moxotó, está lá se arrastando, então o que é que
516 Pernambuco vai comemorar aqui, Dermeval? Não existe, então é muito difícil pra gente,
517 difícil para todos que atuam com o PISF em Pernambuco, defender o projeto lá, é essa
518 a situação. Tinham dois entraves graves, um seria a história do FPE, que vocês
519 explicaram aqui, surgiu uma luz que a gente pode estudar juntos e chegar a um bom
520 termo, e o outro entrave são as obras. Esse entrave permanece, e era isso que eu tinha
521 a dizer; não posso responder por Pernambuco, não estou respondendo, estou aqui
522 colocando a situação de Pernambuco.

523 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Fernando, só o seguinte, o Ramal do
524 Agreste tinha esse ano 130 milhões em orçamento da União, e tinha uma emenda do
525 estado de 160 milhões. A princípio a bancada do estado pediu para transferir esses 160
526 milhões para adutora do Agreste, isso foi feito a pedido do estado, então o dinheiro foi
527 todo transferido para a adutora do Agreste. Finalmente, eu não tenho certeza, mas
528 agora no finalzinho do mês de dezembro estão pedindo para retirar os 130 milhões do
529 Ramal do Agreste para terminar a adutora Moxotó-ArcoVerde. Eu precisaria confirmar
530 isso porque essa adutora é em outra diretoria que não a minha, mas eu tenho
531 informações de que foi outro pedido do estado. A gente entende que essa adutora não
532 atende perfeitamente o estado de Pernambuco porque a vazão é insuficiente, mas é um
533 interesse prioritário do estado para resolver um problema emergencial, visto que mesmo
534 que a gente priorizasse recursos para o Ramal do Agreste, ele não ficaria pronto a tempo
535 de atender várias cidades do estado de Pernambuco, toda aquela região do Agreste
536 Pernambucano, que dá 2 milhões de pessoas como você mesmo disse. A situação é:

537 diante da premência de falta d'água para 2 milhões de pessoas, o estado solicitou e a
538 União transferiu o recurso para essa outra obra.

539 **O SR. MANOEL RENATO MACHADO FILHO (MPDG):** O governador esteve no
540 ministério do Planejamento, esteve aqui no MI e pediu para remanejar o recurso do
541 Ramal do Agreste desse ano para Adução, pediu inclusive à bancada na frente do
542 executivo. Então é o seguinte, concordamos que precisamos priorizar o ramal, mas o
543 governo do estado também precisa nos ajudar a priorizar. Infelizmente, a percepção da
544 prioridade do ramal ainda não perpassa todos os tomadores de decisão, então temos
545 que remar juntos para o mesmo lado.

546 **O SR. FERNADO DE CASTRO LÔBO JUNIOR (COMPESA):** Existem duas coisas bem
547 distintas, e eu sei que vocês sabem disso, não vou ensinar padre nosso a vigário. Eu
548 tenho um recurso, esse recurso pode viabilizar dentro de seis/oito meses água para
549 algumas cidades e estes outros 160 milhões não fazem nem cócegas no Ramal do
550 Agreste. É uma obra de um bilhão e meio, e eu estou aqui falando, tenho alguns anos
551 de saneamento, eu estudei essa obra, estudei muito, e eu quero crer e vou elogiar muito
552 o engenheiro ou a equipe que concluir aquela obra em menos de três anos, que é isso
553 que estão dizendo, mas eu digo a vocês que não é menos que cinco anos para concluir
554 aquela obra. Então aí a gente tem hoje várias obras que estão sendo executadas,
555 inclusive com recursos do estado, e utilizar a adutora do Agreste para abastecimento,
556 ou seja, a gente está tirando água de poços, tirando água de barragens que tem água,
557 ou seja, a gente está viabilizando o dinheiro, o recurso que foi investido pelo Governo
558 Federal. Mas eu não posso chegar e dizer "vou pegar esses 160 milhões, que é o único
559 dinheiro que tem e vou colocar numa obra daqui a cinco anos que é muito melhor".
560 Lógico, todo mundo aqui sabe, que é muito melhor e menos desgastante para nós de lá
561 e para vocês também, utilizar a água da Adução do Agreste, sinto muito, mas está muito
562 transparente isso. Agora, a gente não está descartando, Manoel, de forma alguma a
563 obra do Ramal. Nós não somos contra, somos totalmente a favor, é a única solução pro
564 Agreste e a gente já disse isso aqui nessa mesa e volto a dizer: a obra do Ramal do
565 Agreste é essencial para o estado de Pernambuco.

566 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** A minha palavra aqui antes foi justamente
567 nesse sentido, a gente entende a posição do estado que diante da emergência da seca
568 que poderia atingir todas essas cidades. A decisão tomada não está errada, está
569 correta, só que a gente teve que atender ao pedido do estado. Mais alguém quer falar
570 sobre alguma coisa? Ou então vamos falar sobre a situação atual das obras.

571 **O SR. MARCILIO CAETANO (COGERH-CE):** Naquela reunião, só para ter uma noção
572 se o que a gente contribuiu chegou ou não, aquela reunião de Recife que discutimos
573 sobre a resolução, é o mesmo contrato? O mesmo modelo?

574 **O SR. RAFAEL EDUARDO DE SOUZA TEZA (MI):** Não, são duas coisas ...

575 **O SR. MARCILIO CAETANO (COGERH-CE):** Eu sei, naquele momento o contrato
576 estava concebido na minuta, é a mesma minuta?

577 **O SR. RAFAEL EDUARDO DE SOUZA TEZA (MI):** Isso, é a mesma minuta.

578 **A SR.^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Mas naquela reunião
579 não foi discutido o contrato.

580 **O SR. MARCILIO CAETANO (COGERH-CE):** Eu sei, eu anotei aqui dia 23 de outubro
581 de 2017 que eu tinha preparado minhas contribuições, não chegou então?

582 **A SR.^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Não chegou, mas se
583 você tiver ela aí pode entregar impressa.

584 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** O prazo: até sexta-feira a gente
585 encaminha a minuta de contrato já totalmente adequada, encaminha algumas minutas
586 de modelo de consórcio para vocês começarem a estudar, e esperamos que as
587 contribuições cheguem aqui até o dia 20 de dezembro, para que a gente tenha tempo
588 de estudar esse assunto e começar a preparar esses contratos para assinatura pelos
589 governadores.

590 **O SR. MARCILIO CAETANO (COGERH-CE):** Só mais uma coisa, é porque talvez nós
591 não tenhamos tempo, a não ser no papel, de justificar as proposições da gente, porque
592 pelo andar da carruagem, pelo o que o colega falou tem que fechar ainda esse ano ou
593 no início do próximo, eu imaginava que essa seria a oportunidade de discutir o que a
594 gente tinha feito naquela proposta na época e saber se vocês acatavam ou não.

595 **A SR.^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Vocês podem entregar
596 suas contribuições hoje se vocês estiverem com ela, ou encaminhem por e-mail ainda
597 hoje, porque a gente analisa todas as contribuições e amanhã já tenta enviar essa
598 minuta de sexta com todas as contribuições ou a resposta do que não foi acatado.

599 **O SR. DEMERVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** São contribuições de mérito ou
600 redação?

601 **O SR. MARCILIO CAETANO (COGERH-CE):** São duas, o item 6.2 de vencimento, a
602 proposição que era emissão até o quinto dia útil e vencimento até o décimo dia útil, a
603 nossa sugestão do Ceará devido ao tamanho da fatura que a gente vai ter que dispor,
604 que mais do que duplica o custeio do operador estadual, e também motivado que a
605 gente tem os dois maiores usuários que vão receber essa água, que são duas unidades
606 consumidoras da CAGECE, a companhia de saneamento, que representam 42% do
607 nosso faturamento, elas têm 60 (sessenta) dias da emissão até o vencimento, então com
608 base nisso, e para a gente poder ter fluxo de caixa, a gente precisaria guardar uma
609 singularidade porque não vamos ter dinheiro em caixa para pagar se não recebermos
610 deles, e a gente demora 60 (sessenta) dias para receber, então em vez de ser no décimo
611 dia útil, seria 60 (sessenta) dias após a emissão da fatura, porque vamos ter que esperar
612 que a companhia de saneamento pague, para ter em caixa.

613 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Esse prazo praticamente inviabiliza a
614 Codevasf, a operação.

615 **O SR. RAFAEL EDUARDO DE SOUZA TEZA (MI):** Na resolução de condições de
616 operação tem um item que trata desse tempo, isso foi discutido lá na reunião, e lá foi
617 proposto 60 dias, o contrato tem que seguir o que a resolução decidir, então nesse
618 ponto, vocês propuseram lá, então na verdade Marcílio eu acho que você colocou
619 também como contribuição na audiência pública, se eu não me engano você colocou
620 com duas ou três contribuições para resolução. Alguns pontos do contrato acompanham
621 coisas que foram estabelecidas ou que vão ser estabelecidas quando eles editarem a
622 resolução, esse é um dos itens, então se a gente puser 30 (trinta dias) e a ANA colocar
623 60 (sessenta) a gente está indo contra o que o regulador diz.

624 **O SR. MARCILIO CAETANO (COGERH-CE):** Então as nossas contribuições foram
625 enviadas em tempo hábil.

626 **O SR. ALAN LOPES (ANA):** Nós já recebemos todas as contribuições e já analisamos
627 todas, e isso deve entrar na pauta da Diretoria Colegiada no dia 18 (dezoito). Mas sobre

628 esse ponto nossa ideia era manter o mesmo prazo do contrato, por conta desse
629 problema que o Luitgards falou, da inviabilização da operação, porque a Codevasf
630 também precisa desse recurso e tempo pra operar, se eu não em engano, talvez a gente
631 esteja flexibilizando para 45 (quarenta e cinco) dias, porque o prazo inicial da nossa
632 resolução coloca 30 dias. 60 dias achamos muito alto por conta da questão da Codevasf.

633 **O SR. DEMERVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** Para resolver essa questão, será o
634 que a ANA colocar na resolução.

635 **O SR. MARCILIO CAETANO (COGERH-CE):** Outro ponto seria 5 (cinco) dias para a
636 contestação)

637 **O SR. RAFAEL EDUARDO DE SOUZA TEZA (MI):** Ceará já fez uma contribuição sobre
638 isso.

639 **O SR. MARCILIO CAETANO (COGERH-CE):** Subiram para 10 (dez) dias é isso?

640 **O SR. RAFAEL EDUARDO DE SOUZA TEZA (MI):** A gente analisou isso, essa foi a
641 primeira contribuição, não sei se você está falando de uma outra contribuição, continua
642 5 (cinco), mas a gente analisou e tem a justificativa.

643 **A SR.^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** O de 10 (dez) não
644 chegou pra gente, foram outras contribuições.

645 **O SR. MARCILIO CAETANO (COGERH-CE):** Essa eu te mando.

646 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Situação atual das obras. Vamos começar
647 falando que o contrato de pré-operação foi assinado, foi dada ordem de serviço no dia
648 primeiro de dezembro, então nós já temos pré-operadora no campo, já fazendo
649 comissionamento do eixo Leste e iniciando a operação assistida junto à Vector que é a
650 empresa que faz a automação. A operação assistida é um período em que a Vector vai
651 transmitir o know-how do conhecimento do que ela projetou e construiu para a pré-
652 operadora. A Codevasf foi convidada e deve assistir essa operação assistida, que seria
653 um treinamento para que tanto nossa pré-operadora como a Codevasf possam operar
654 o sistema futuramente, esse é um informe que deixa a gente mais ou menos tranquilo.
655 Quanto à LO, até sexta-feira nós entregaremos no IBAMA as últimas exigências que o
656 IBAMA fez que foram preparadas pela equipe da Codevasf, equipe do Ministério e com
657 o apoio da ANA, para que o IBAMA possa emitir a licença de operação. Inclusive quanto
658 à prorrogação do prazo de pré-operação, nós estamos respondendo vários
659 questionamentos do Ministério Público considerando inconstitucional essa pré-
660 operação, que não existe na Lei Ambiental, está dando maior dor de cabeça por isso
661 estamos na maior urgência em conseguir a licença de operação, esse é um informe
662 inicial. Esse mapa é um desenho do PISF e de alguns ramais associados que vão
663 atender aos estados. Eixo Leste já se encontra 100% operacional, ou seja, ele já se
664 encontra com a água saindo em Monteiro, já chegando no Açude Boqueirão, já está
665 atendendo a toda região metropolitana de Campina Grande além, eu acho que, 12
666 (doze) cidades que estão ao longo do rio Paraíba retirando água já em adutoras
667 construídas pelo governo do estado. O rio Paraíba hoje está recebendo água do PISF,
668 a vazão que nós temos dado lá na saída, instantânea, é a uma vazão de 4,4, se você
669 fizer a vazão média, considerando que nós passamos 4 horas sem bobear, que são as
670 horas de pico, cai bastante, cai para 3,6/3,7, mas nossa vazão de bombeamento hoje é
671 4,4/4,5, varia um pouco. O Eixo Norte está com 94% construído, o trecho 2 que inclui a
672 parte que vai de Jati até o Açude Caiçaras já está com 99% construído, já estamos
673 recebendo as estruturas parcialmente da Queiroz Galvão, não podemos falar que está
674 100% pronto porque algumas estruturas estão precisando de melhorias para poder

675 receber a obra. O lote 5 que é o trecho da Serveng teve uma paralização mas já retomou
676 dia primeiro de dezembro, porque foi necessário um replanilhamento mesmo assim eles
677 entendem que até abril-maio já estariam com a obra 100% concluída, houve uma série
678 de necessidades de ajustes bastante grande nesse lote, mas também está com 98,7%
679 concluído. O grande problema nosso é o trecho 1, que é o trecho da Mendes Junior que
680 foi licitado e contratado junto ao consórcio EMSA-Siton que recebeu ordem de serviço
681 dia 20 de junho de 2017, vinha se desenrolando de uma forma bastante lenta, o
682 ministério tomou várias providências, notificou a empresa várias vezes, aplicou duas
683 multas cujo valor pode chegar a 50 milhões de reais, ainda não está aplicado o valor
684 definitivo, finalmente agora no início de dezembro nós notificamos a empresa de um
685 início de rescisão contratual com aplicação da multa máxima que seria de inexecução
686 contratual total que chegaria a 50 milhões, e a empresa correu e chegou aqui e se
687 prontificou a mobilizar. Semana passada eu estive no Nordeste, no Eixo Norte em
688 Salgueiro vistoriando as obras, a empresa praticamente se mobilizou em uma semana
689 da notificação o que ela não tinha mobilizado em cinco meses e meio, e hoje em dia a
690 empresa já está com trabalho noturno iniciado, ainda não está no ritmo que a gente quer
691 porque depende de ritmo de mobilização, mas já está com o trabalho diurno no ritmo
692 bem mais acelerado, trocou as equipes de gerentes do contrato todo, e o ministério
693 entendeu que o rompimento desse contrato apesar de legalmente possível, seria mais
694 danoso ao empreendimento do que dar uma nova oportunidade à empresa diante do
695 que ela demonstrou rapidamente. O simples rompimento e licitação de contratação do
696 remanescente com a quarta colocada poderia voltar o processo de judicialização que
697 houve no início, todo mundo sabe que a judicialização desta licitação implicou em seis
698 meses sem podermos dar uma ordem de serviço, foi preciso ir ao Supremo Tribunal
699 Federal, então no sentido de priorizar o atendimento da região metropolitana de
700 Fortaleza, que a gente entende não ser possível atender por outro sistema sem ser pelo
701 PISF, até porque carro pipa não adiantaria se os açudes estivessem totalmente secos,
702 que é o que se espera a partir de setembro e outubro, eu acho que a previsão que a
703 FUNCEME está fazendo lá para o Ceará, o que a gente está vendo é mais ou menos
704 isso. Se não houver chuva a partir de setembro/outubro as águas dos açudes estariam
705 secas, então a gente deu uma nova oportunidade para a empresa, definiu novos marcos
706 e estamos fiscalizando muito rigorosamente essa mobilização e acompanhando
707 diuturnamente. Inclusive não vai ter feriado de natal e ano novo, quer dizer natal vai ter
708 eles vão parar dia 25 e 31, mas não vai ter o normal que é das empresas darem o
709 recesso de 15 dias, isso tudo já está negociado e está suspenso. A gente espera
710 conseguir jogar água em Jati, soltar no CAC em meados do ano que vem, não gostaria
711 de definir datas, mas a gente está pressionando o máximo possível para se cumprir a
712 data inicial do ministro que já seria no final do primeiro trimestre de 2018, se houver
713 algum percalço talvez atrase alguns dias, mas a gente espera que até no máximo o final
714 de abril a gente esteja com água saindo para Jati. O ramal CAC está com recursos....

715 **O SR. JOÃO LUCIO FARIAS DE OLIVEIRA (COGERH-CE):** A preocupação que
716 está sendo questionada aqui é porque há uma indefinição com relação ao inverno,
717 poderíamos entrar no sétimo ano de seca, e as águas agora chegaram no limite. O
718 Castanhão está com menos de 3%, e estamos hoje sobrevivendo basicamente das
719 águas que aportamos do sistema metropolitano, mas também hoje bastante reduzido.
720 Então é uma preocupação muito grande porque temos 3 milhões e meio de pessoas na
721 região metropolitana. Então essa informação é importante, porque nós vinhamos
722 acompanhando o andamento da obra e muito preocupados com o andamento muito
723 lento, assim como sabemos que o ministério também estava muito preocupado, então
724 essa notícia pra gente é importante, e principalmente porque a água chegando no
725 período de inverno, então teríamos uma sinergia maior, porque estaríamos no período

726 de inverno, com nossos rios saturados, então isso vai facilitar o escoamento para o
727 açude Castanhão, para a região metropolitana. Então daí a importância da água chegar
728 nesse momento, no momento de chuvas, onde nossos riachos e rios vão estar úmidos
729 e saturados, no sentido que teremos mais velocidade para que essa água possa chegar
730 em maior quantidade no açude Castanhão. Essa notícia pra gente é importante porque
731 o mês de abril/maio ainda estamos em um período que nossos rios continuam nessas
732 condições.

733 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Logo após Jati a água vai continuar no
734 trecho 5 que eu acabei de falar, deve atender a região Oeste da Paraíba e possivelmente
735 chegar até o Rio Grande do Norte pelo sistema Piranhas-Açu. Nós estamos em contato
736 com a ANA para verificar a necessidade de desassoreamento do Rio Piranhas, que é
737 uma preocupação do Estado do Rio Grande do Norte, verificar se existe algum pequeno
738 barramento que possa dificultar o caminho das águas, e assim que tivermos isso vamos
739 entrar em contato com a Paraíba para verificar a necessidade da intervenção que o
740 estado terá que fazer.

741 **SR. DEUSDETE QUEIROBA FILHO (PB):** Essa questão que o Rio Grande do Norte
742 reivindicou, a Paraíba também apresentou inclusive um documento, um relatório, foi feito
743 um vôo de drone no trecho do rio, e há sem dúvida alguma necessidade de intervenção
744 nos dois perímetros irrigado, no trecho de São Gonçalo, e lá no outro trecho com
745 perímetro irrigado estadual (Sousas), onde realmente há um grande assoreamento,
746 quando chove normalmente pequenas cheia já alagam toda área do perímetro irrigado.
747 Então é importante, por isso na reunião retrasada o secretário apresentou, esse relatório
748 foi encaminhado aqui para o ministério, e o ministério, se não me engano encaminhou
749 à Codevasf, tem que realmente decidir e a ANA tem que ter conhecimento também
750 porque opera toda a bacia do Piranhas. Então é importante essa obra porque caso
751 contrário a água vai ter muita dificuldade de chegar ao Rio Grande do Norte por esse
752 ramal.

753 **O SR. ALAN LOPES (ANA):** Luitgards tem alguma previsão de uma data para água
754 começar a fluir nesse trecho?

755 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** A gente não tem ainda previsão, o final
756 da obra do lote 5, que é SERVENG, deve estar para junho ou julho, eu tenho que
757 confirmar, não tenho ideia. Eu preciso só o seguinte, eu tenho tentado uma reunião com
758 o Egon, da ANA, e a gente precisa marcar essa reunião para verificar essa questão de
759 desassoreamento do Rio Piranhas. Nós tivemos uma reunião com ele no Rio Grande
760 do Norte e ficou de reunir. O chefe de gabinete telefonou pra gente e eu estava viajando,
761 quando eu cheguei eu liguei mas ele estava viajando, está com uma dificuldade de
762 contato, mas precisamos agilizar esses contatos sobre isso.

763 **O SR. ALAN LOPES (ANA):** Só para informação, a ANA tem uma empresa contratada
764 no Piranhas-Açu, a Project, que faz serviço de apoio à área de fiscalização, e está
765 previsto neste contrato o cadastro dos usuários de água desse trecho, até por conta do
766 PISF, e a identificação de pontos de desobstrução também. Então é outro apoio que a
767 gente pode contar já a partir de janeiro, com esse trabalho de identificar quem está
768 usando a água neste trecho, e aí contabilizar essa perda e fazer a água chegar lá na
769 divisa. Então acho que está casando o cronograma, água chega no segundo semestre,
770 cadastro no primeiro, no planejamento está tudo ok né?

771 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Está franqueada a palavra, nós não temos
772 nenhum assunto para colocar, se alguém quiser colocar mais alguma coisa...

773 **SR. DEUSDETE QUEIROBA FILHO (PB):** Rapidamente só para alertar a questão da
774 ANA, realmente vocês fazem este monitoramento basicamente no trecho entre o
775 Coremas e o Rio Grande do Norte, esse trecho é um trecho novo, talvez vai precisar
776 fazer aditivo ao contrato? De Engenheiros Ávidos até Pombal que é onde pega, o
777 contrato já prevê no caso?

778 **O SR. ALAN LOPES (ANA):** Já prevê este trecho.

779 **SR. DEUSDETE QUEIROBA FILHO (PB):** Porque inclusive lá tem um perímetro
780 irrigado do DNOCS, institucional, já firmado como perímetro irrigado que tem que definir
781 se vai realmente ...

782 **O SR. ALAN LOPES (ANA):** Uma dúvida também pro MI, tem esse perímetro em São
783 Gonçalo, a água passa por dentro desse perímetro, é um perímetro que está com
784 condições de manutenções precárias, tem um canal que é de terra, existe uma previsão
785 de se recuperar pelo menos esse caminho das águas ali depois de Engenheiros Ávidos
786 que passa dentro do perímetro de São Gonçalo, porque ali vamos perder muita água se
787 não tiver uma intervenção.

788 **SR. DEUSDETE QUEIROBA FILHO (PB):** Foi exatamente isso que eu coloquei, o
789 perímetro irrigado de São Gonçalo, e o perímetro irrigado Várzeas de Sousa no leito do
790 rio, tem que haver uma intervenção no leito do rio, alguma obra de contenção para evitar
791 essa perda bem significativa.

792 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Não há previsão, não há recursos
793 previstos em lugar nenhum, a gente poderia tentar ver se existe recurso em outro lugar,
794 porque teria que transferir para o DNOCS. É um empreendimento do DNOCS e a gente
795 não teria como intervir nem contratando uma empresa do ministério para ir lá intervir no
796 empreendimento alheio. Mais alguém gostaria de comentar alguma coisa?

797 **O SR. DANIELSON ARAÚJO (CODEVASF):** Só com relação ao ponto inicial que foi
798 tratado aqui, com relação a solicitação que a gente fez da Codevasf, sobre a
799 excepcionalização do PISF no mercado de energia, eu reitero mais uma vez a
800 solicitação, dado que estamos em um momento de edição de medida provisória de
801 revisão do setor elétrico, então pode servir para Codevasf, pode servir para o futuro
802 consórcio público, então estou pensando não na Codevasf, estou pensando na
803 sustentabilidade do projeto. Então reitero mais uma vez, e solicito que conste em ata
804 essa solicitação, dado que está em elaboração medida provisória de alteração do setor
805 elétrico, essa é uma solicitação que eu queria deixar registrado.

806 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** O MME teria alguma contribuição?

807 **O SR. RENATO DALLA LANA (MME):** Boa tarde a todos, essa questão a gente já
808 comentou, eu repassei até para a Mariana, ela pode até divulgar, a operação dos
809 encargos setoriais ela não depende do Ministério de Minas e Energia, ela acontece por
810 lei do Congresso Nacional, e é lá onde tem que ser discutida essa questão, porque
811 encargos setoriais eles afetam toda a cadeia dos outros consumidores do país, então é
812 um assunto que compete ao Congresso Nacional discutir essa questão em conjunto
813 com os todos os estados do país.

814 **O SR. DANIELSON ARAÚJO (CODEVASF):** Vou reforçar então para que os estados
815 juntamente com suas bancadas, tentem sensibilizar suas bancadas para colocar lá uma
816 emenda, porque existe uma emenda lá do Senador Garibaldi Alves do PMDB, mas
817 infelizmente ele não entendeu qual é a ambiência do PISF, entendeu como o PISF
818 sendo consumidor cativo, e o PISF é um consumidor livre. E apenas para esclarecer

819 para os senhores, em 2012 foi editada uma medida provisória de renovação das
820 concessões, e dentro dessa medida provisória doze consumidores eletro intensivo do
821 nordeste, consumidores privados inclusive, tiveram seus contratos de fornecimento
822 prorrogados até 2037, então se um privado que tem toda condição de comprar energia
823 no mercado e pode ter uma gestão mais eficiente, se ele tem essa prerrogativa de
824 comprar energia na Chesf 70, 80, 100 reais, porque nós temos que comprar energia no
825 mercado livre? Dado que esse é um projeto que não tem, em primeiro momento, uma
826 função de resultados, o resultado dele é poder entregar água, então eu reitero se não
827 for por meio do poder executivo, que por meio das bancadas, sensibilizem que está em
828 tempo, a medida provisória não foi ainda para o Congresso, se for o caso estamos
829 disponíveis para esclarecer os parlamentares, como é a estrutura do PISF, onde é que
830 ele está e o que ele precisa, então seja qual for a solução a longo prazo, consórcio
831 público, PPP, seja o que for o principal insumo, e isso eu deixo bem claro de 40 a 70%
832 do custo final é energia, então esse é um projeto limite de energia, transporta água mas
833 na verdade é um projeto de energia, então mais uma vez reforço o pedido agora através
834 do estado por meio de suas bancadas.

835 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** E pensar que isso é uma coisa de saúde
836 pública também, você está distribuindo água é saúde, dá mais ainda para sensibilizar
837 os deputados.

838 **SR. DEUSDETE QUEIROBA FILHO (PB):** Queria sugerir que a gente pudesse receber
839 uma folha explicando detalhadamente o que é isso, porque que o Senador entende de
840 outra forma, para a gente saber como é, e possa se articular os quatro estados
841 juntamente com suas bancadas para viabilizar isso, se realmente foi aprovado coisas
842 semelhantes para iniciativa privada imagine para um projeto dessa importância.

843 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Danielson podemos contar com sua
844 colaboração, para apurar esses documentos todos, mostrar tudo de uma forma bem
845 ilustrativa?

846 **O SR. DANIELSON ARAÚJO (CODEVASF):** Pode sim.


847 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Algum outro assunto?

848 **O SR. RENATO DALLA LANA (MME):** Se me permite por favor, eu vejo assim que a
849 sustentabilidade do custo da energia elétrica, ela passa por um conhecimento bem
850 prévio com todas as demandas de consumo de energia do PISF ao longo prazo e é
851 importante definir essa questão, porque se você sabe quanto vai precisar por dez anos,
852 você pode contratar com o menor custo, reduzir encargos é muito pequeno, não vai
853 trazer benefícios suficientes. Eu entendo que é a função principal, tem que definir quanto
854 de energia vai ser necessário comprar, para você poder ir no mercado livre e comprar
855 com menor custo de quem tem para vender, esse é o ensinamento básico de todo o
856 contrato que se faça o atendimento de demanda e quem gera também quer vender. Se
857 você tem uma perspectiva de longo prazo, de toda essa energia o preço cai, então é
858 assim que funciona o mercado livre, é o menor custo, porque você tem uma
859 previsibilidade futura, isso pra mim é fundamental, reduzir encargos é uma coisa muito
860 superficial, esse é o nosso entendimento e é assim que funciona o mercado.

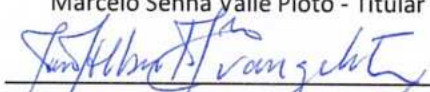
861 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Só vou lembrar aos estados nós estamos
862 encaminhando as minutas até sexta-feira e gostaríamos de receber as contribuições até
863 o dia 20, seja por e-mail, mas que depois seja formalizado. Nós sabemos que esse mês
864 de dezembro é complicado para vocês, mas pra gente também vai ser muito complicado
865 fazer essa análise em pleno período de natal, com a maioria da equipe viajando, e tudo

866 mais. Por isso pedimos esse esforço de vocês, tentem retornar com as contribuições de
867 vocês até dia 20 de dezembro. Boa tarde, obrigado a todos.


Antônio Luitgards Moura - Titular


Jimmu de Azevedo Ikeda - Suplente

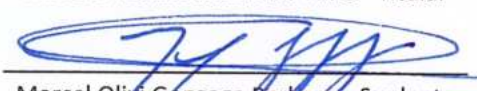
Marcelo Senna Valle Pioto - Titular


João Alberto Travassos Evangelistas - Suplente


Renato Dalla Lana - Titular

Guilherme Silva de Godoi - Suplente

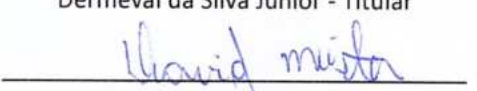
Manoel Renato Machado Filho - Titular


Marcel Olivi Gonzaga Barbosa - Suplente


Sérgio Antônio Gonçalves - Titular

Renato Saraiva Ferreira - Suplente

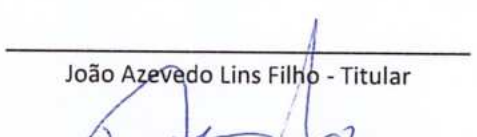
Dermeval da Silva Júnior - Titular


David Meister - Suplente


Francisco José Coelho Teixeira - Titular

João Lucio Faias de Oliveira - Suplente

João Azevedo Lins Filho - Titular


Deusdete Queiroga Filho - Suplente

Mário Cavalcanti - Titular

Marcelo Cauas Asfora - Suplente

José Mairton Figueiredo de França - Titular

Josivan Cardoso Moreno - Suplente

Anivaldo de Miranda Pinto - Titular

José Maciel Nunes de Oliveira - Suplente

Marcos Maciel Torres - Titular

Elias da Silva - Suplente



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
CONSELHO GESTOR DO PISF

Lista de Conselheiros- 8ª Reunião Ordinária

Data:13-12-2017

Horário:14h às 18h

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 6ª Andar-sala 605

Órgão	Conselheiro	Titular/Suplente	Telefone	E-mail	Assinatura
MI	Antônio Luitgards Moura	Titular	(61)2034-5564	antonio.moura@integracao.gov.br	
	Jimmu de Azevedo Ikeda	Suplente	(61)2034-5539	jimmu.ikeda@integracao.gov.br	
MF	Marcelo Senna Valle Pioto	Titular	(61) 3412-1475	marcelo.pioto@tesouro.gov.br.	
	João Alberto Travassos Evangelista	Suplente	(61)3412-1975	joao.evangelista@fazenda.gov.br	
MME	Renato Dalla Lana	Titular	(61)2032-5079	renato@mme.gov.br	
	Guilherme Silva de Godoi	Suplente	(61)2032-5443	guilherme.godoi@mme.gov.br	
MPOG	Manoel Renato Machado Filho	Titular	(61)2020-4436	manoel.filho@planejamento.gov.br	
	Marcel Barbosa	Suplente	(61)2020-5373	marcel.barbosa@planejamento.gov.br	
MMA	Sérgio Antônio Gonçalves	Titular	(61)2028-2100	sergio.goncalves@mma.gov.br	
	Renato Saraiva Ferreira	Suplente	(61)2028-2127	renato.ferreira@mma.gov.br	
CC/PR	Dermeval da Silva Júnior	Titular	(61)3411-1222	dermeval.junior@presidencia.gov.br	
	David Meister	Suplente	(61)3411-1212	david.meister@presidencia.gov.br	
CE	Francisco José Coelho Teixeira	Titular	(85)3101-3994	francisco.teixeira@srh.ce.gov.br	
	João Lucio Farias de Oliveira	Suplente	(85)3218-7027	joaolucio.farias@cogerh.com.br	

PB	João Azevedo Lins Filho	Titular	(83)3218-4373	jazevedo@serhmact.pb.gov.br	
	Deusdete Queiroga Filho	Suplente	(83)3218-4359	deusdete@serhmact.pb.gov.br	
PE	Mário Cavalcanti	Titular	(81)99488-2601	mariocavolcanti@sdec.pe.gov.br	
	Marcelo Cauas Asfora	Suplente	(81)3183-1002	mcasfora@apac.pe.gov.br	
RN	José Mairton Figueiredo de França	Titular	(84)3232-2410	jmairton@hormail.com	
	Josivan Cardoso Moreno	Suplente	(84)3209-9197	josivan.cardoso@gmail.com	
CBHSF	Anivaldo de Miranda Pinto	Titular	(82)3325-2244	anivaldodemirandapinto@gmail.com	
	José Maciel Nunes de Oliveira	Suplente	(31)8238-5873	vicepresidencia@cbhsaofrancisco.org.br	
CBHs Receptores	Marcos Maciel Torres	Titular	(85)3195-0800	marcostorres.torres@bol.com.br	
	Elias da Silva	Suplente	(87)3232-2439	eliassilva@hotmail.com	



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
CONSELHO GESTOR DO PISF

Lista de Convidados- 8ª Reunião Ordinária

Data:13-12-2017

Horário:14h às 18h

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 6ª Andar-sala 605

Órgão	Convidado	Cargo	Telefone	E-mail	Assinatura
ANA	Vicente Andreu Guillo	Diretor- Presidente	(61)2109-5441	vicente.andreu@ana.gov.br	
	João Gilberto Lotufo Conejo	Diretor	(61)2109-5451	jglotuf@ana.gov.br	
	Carlos Motta Nunes	Superintendente Adjunto	(61)2109-5361	carlos.motta@ana.gov.br	
CODEVASF	Antônio Avelino Rocha De Neiva	Presidente	(61) 2028-4660	gabinete@codevasf.gov.br	
	Elton Cruz Silva	Secretário Executivo	(61)2028-4714	elton.silva@codevasf.gov.br	
	Marco Aurélio Diniz	Diretor	(61)2028-4734	marco.aurelio@codevasf.gov.br	
	Danielson Araújo	Gerente	(61)2028-4370	danielson.araujo@codevasf.gov.br	
CGU	Ricardo Plácido Ribeiro	Coordenador	(61)2020-7000	sfccgmcid@cgu.gov.br	
	Leandro de Freitas Rocha	Analista	(61)2020-7000	leandroroch@gmail.com	
SIH/MI	Rafael Eduardo Teza de Souza	Analista de Infraestrutura	(61)2034-4213	rafael.souza@integracao.gov.br	
	Mariana Prado Franceschi de Andrade	Analista de Infraestrutura	(61)2034-5676	mariana.f.andrade@integracao.gov.br	
CC/PR	Jonathas Assunção Salvador Nery de Castro	Analista de Infraestrutura	(61)3411-6463	jonathas.castro@presidencia.gov.br	
	Henrique Amarante Costa Pinto	Secretário	(61) 3411-6403	henrique.pinto@presidencia.gov.br	
DNOCS	Angelo José de Negreiros Guerra	Diretor Geral	(85) 3391-5206	angelo.guerra@dnocs.gov.br	
BNDES	Rodolfo Torres dos Santos	Superintendente	(21) 3747-7472	ad-sup@bndes.gov.br	



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
CONSELHO GESTOR DO PISF

Lista de Convidados - 8ª Reunião Ordinária

Data: 13-12-2017

Horário: 14h às 18h

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 6ª Andar-sala 605

Órgão	Convidado	Cargo	Telefone	E-mail	Assinatura
ANA	Fernanda Louis	Coordenadora de Regulacao de Serviços Públicos	61 21095389	fernanda.aquino@ana.gov.br	
ANA	RODRIGO FLBERTA	SUP	61 21095250	rodrigo@anc.pr.br	
ANA	ALAN LOPES	SUPERINTENDENTE ADJUNTO	61-21095478	VAZLOPES@ANA-Gov.BR	
CODEVASF	Silvia Rodrigues	Analista	61-2028-4664	silvia.pantos@codevasf.gov.br	
CODEVASF	Camila Alcântara D Ribeiro	Analista	(61)2028-4837	Camila.ribeiro@codevasf.gov.br	
COMPESA	FERNANDO LOBO JÚNIOR	ASSESSOR DO PRESIDENTE	(81) 99488-5016	FERNANDO.LOBO@COMPESA.COM.BR	
BNDES	MARCIO FREGES MIGUEZ	ENGENHEIRO	(21) 2052-8829	MARCIO.FREGES@BNDES.GOV.BR	
ANA	CINTIA LEAL M. DE ARAUJO	ANAL. ADM.-ECONOMISTA	61-21095224	cintia.araujo@ana.gov.br	
COGERN-CE	MARCILIO CAETANO	GERENTE GECOM	85-3195 0739	marcilio.caetano@cogern.ce.gov.br	
MI	Isabel Cristina Arrais	ASSESSORA	2034 - 4351	isabelarrais@integracao.gov.br	